**ANEXO 2**

**REQUERIMENTO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA**

|  |
| --- |
| **QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE** |
| Razão Social: |  |
| Nome Fantasia: |  | CNPJ: |  |
| Endereço de Sede: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Nome do representante legal: |  |
| Endereço eletrônico (*e-mail*): |  |
|  |  |
| Endereço de Correspondência: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| **‘** |
| **LOCALIZAÇÃO PROPOSTA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA IRRADIANTE** |
| Endereço: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Coordenadas do Sistema Irradiante(Padrão GPS-WGS 84): | Latitude: º (N/S) ‘ “ |
| Longitude: º W ‘ “ |

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações,

A entidade acima qualificada, através de seus dirigentes, abaixo identificados, requer inscrição no Edital de Seleção Pública nº \_\_\_\_\_\_\_\_, publicado no Diário Oficial da União de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_, relativo à outorga para execução do **SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA** no Município e UF acima descritos.

Com vistas à instrução da presente proposta, encaminhamos a documentação necessária para habilitação e **DECLARAMOS**, para os devidos fins, que:

I - a pessoa jurídica possui recursos financeiros para o empreendimento pleiteado;

II - a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

III - a pessoa jurídica cumpre o disposto no art. 7º, **caput**, inciso XXXIII, da Constituição;

IV - a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;

V - a pessoa jurídica autoriza o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a processar o assentimento prévio junto ao órgão competente, se a localidade referida no edital estiver situada na faixa de fronteira;

VI - a pessoa jurídica está ciente do disposto no edital, dos seus anexos e das demais informações pertinentes;

VII - a pessoa jurídica não mantém vínculos, inclusive por meio de seus dirigentes, que a subordinem ou a sujeitem à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

VIII - a pessoa jurídica não é executante de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão, inclusive comunitária, ou de qualquer serviço de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, bem como não tem como integrante de seu quadro diretivo ou de associados, pessoas que, nessas condições, participem de outra entidade detentora de outorga para execução de qualquer dos serviços mencionados.

IX - a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

X - nenhum dos dirigentes da entidade está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

XI - todos os dirigentes da entidade se comprometem ao fiel cumprimento das normas aplicáveis ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, em especial a Lei nº 9.612, de 1998, o Decreto nº 2.615, de 1998, e a legislação que dispõe sobre o serviço, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações;

XII - todos os dirigentes da entidade residem dentro da área pretendida para prestação do serviço, que corresponde à área limitada por um raio igual ou inferior a quatro mil metros a partir da antena transmissora; e

XIII - todos os dirigentes da entidade têm bons antecedentes, não tendo sido condenados, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, por qualquer infração de natureza penal ou em qualquer dos ilícitos referidos no art. 1º, **caput**, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Cientes de que a **falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis**, é que os dirigentes, abaixo-assinados, firmam este Requerimento de Outorga.

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do dirigente: |  |
| Cargo: |  | Tit. Eleitor: |  |
| RG: |  | Órgão Emissor: |  | CPF: |  |
| Endereço: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Assinatura: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do dirigente: |  |
| Cargo: |  | Tit. Eleitor: |  |
| RG: |  | Órgão Emissor: |  | CPF: |  |
| Endereço: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Assinatura: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do dirigente: |  |
| Cargo: |  | Tit. Eleitor: |  |
| RG: |  | Órgão Emissor: |  | CPF: |  |
| Endereço: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Assinatura: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do dirigente: |  |
| Cargo: |  | Tit. Eleitor: |  |
| RG: |  | Órgão Emissor: |  | CPF: |  |
| Endereço: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Assinatura: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do dirigente: |  |
| Cargo: |  | Tit. Eleitor: |  |
| RG: |  | Órgão Emissor: |  | CPF: |  |
| Endereço: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Assinatura: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do dirigente: |  |
| Cargo: |  | Tit. Eleitor: |  |
| RG: |  | Órgão Emissor: |  | CPF: |  |
| Endereço: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Assinatura: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do dirigente: |  |
| Cargo: |  | Tit. Eleitor: |  |
| RG: |  | Órgão Emissor: |  | CPF: |  |
| Endereço: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Assinatura: |  |

|  |  |
| --- | --- |
| Nome do dirigente: |  |
| Cargo: |  | Tit. Eleitor: |  |
| RG: |  | Órgão Emissor: |  | CPF: |  |
| Endereço: |  |
| Município: |  | UF: |  | CEP: |  |
| Assinatura: |  |

**ATENÇÃO:**

- Os documentos necessários para habilitação são aqueles previstos no art. 22 da Portaria nº 4.334, de 2015.

- Os documentos necessários para instrução são aqueles previstos no art. 39 da Portaria nº 4.334, de 2015.

- Será aceito requerimento diferente deste modelo, desde que contenha todas as informações essenciais e declarações constantes deste requerimento padrão.

- Não será admitido pedido de prorrogação de prazo para inscrição na seleção pública.